



MOÇÃO AO V CONGRESSO DISTRITAL DA JSD CASTELO BRANCO

Criação de um Estatuto Fiscal diferenciado para os territórios de baixa densidade

Subscrita pela JSD Concelhia Castelo Branco

Preâmbulo

Portugal é, hoje, um país a duas velocidades. A coesão territorial, essencial no garante da igualdade de oportunidades para todos os cidadãos, não está garantida, designadamente no que diz respeito ao desenvolvimento económico das várias regiões do país. Temos cerca de 70% da população a residir nas áreas costeiras (0-50km) com uma densidade populacional de 500 hab/km², ao mesmo tempo que o interior se encontra cada vez mais desertificado e o seu desenvolvimento diverge do da União Europeia, mesmo em áreas que partilham de igual condição. Temos uma densidade populacional de 0,28 hab/km², um valor muito contrastante com o que o litoral apresenta (104,2 hab/km²). Nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto concentram-se cerca de 45% da população residente. São dados que nos preocupam. Dados negativos para a coesão do nosso país e afirmativos de uma desigualdade estrutural que nos deve inquietar a todos, mesmo aos que residem nos grandes centros urbanos, que vêm a sua qualidade de vida afetado pela superlotação.

Não é concebível nem sustentável que num país desenvolvido existam tão gritantes desigualdades. Algo tem de ser feito no sentido da coesão. A defesa do interior e a regeneração dos seus territórios requer medidas drásticas, ambiciosas, arrojadas e corajosas. Medidas que libertem as empresas do sufoco fiscal a que o Estado intervencionista as tem sujeitado, medidas que possibilitem aos jovens de ter um futuro sustentado e ambicioso no interior, acabando de vez com o paradigma de migração para os grandes centros urbanos, que tem sido alimentado pela falta de investimento no interior, sem o qual não existe emprego qualificado.

Temos no nosso distrito instituições de ensino superior reconhecidas pelo seu mérito, que fazem deste território uma área de criação científica, tecnológica e criativa. No entanto, mesmo com a existência destas instituições, que são importantíssimas para a vitalidade da região, observamos que muitos jovens continuam a optar por trabalhar no litoral do país. Não o fazem por gosto, não o fazem por vontade, fazem-no por falta de oportunidades profissionais condizentes com a sua legítima ambição. Fazem-no porque não vêm no interior um local onde podem ver os seus sonhos realizados. Em suma, fazem-no porque a sua ambição é muito maior que a coragem política.

Temos o dever de mudar por completo este paradigma. Para cumprir esse desígnio, apresentamos, de seguida, propostas que podem iniciar uma estratégia de desenvolvimento do nosso território.

Propostas

- 1. Isenção total de IRC, durante 5 anos, para as empresas fixadas no interior, bem como para as que se venham a fixar e que executem a sua atividade principal nestes territórios.**

A atração de investimento, e conseqüente criação de emprego, é a única via de atração e fixação de pessoas nos territórios. Com esta redução significativa da tributação fiscal pretendemos tornar o interior um território mais atrativo para a fixação de empresas e gerar maior crescimento económico nos territórios de baixa densidade. Pese embora o imediato impacto orçamental da proposta, a médio/longo prazo verificar-se-á um aumento significativo do rendimento e riqueza gerados nos territórios.

- 2. Projeto de retenção de jovens (até aos 30 anos de idade) recém-licenciados, mestres ou doutorados, com uma isenção fiscal de 70% do IRS, durante os primeiros 2 anos.**

A par da elevada carga fiscal, uma das principais razões que motiva as empresas a não se fixarem no interior é a ausência de mão-de-obra qualificada e especializada, que é causa e consequência desta problemática. A existência de mão-de-obra qualificada é essencial para a sustentação de um modelo económico baseado em emprego não precário.

A existência de muitas empresas com produtividade dependente dos baixos salários prejudica a economia e desfavorece o desenvolvimento do território. Para evitar esse

subdesenvolvimento é essencial criar condições para que se fixem no interior empresas cuja estrutura humana seja composta essencialmente por quadros qualificados. Essa criação só pode ocorrer através da retenção de jovens com formação superior adequada, que responda às necessidades destas empresas que vêm os seus custos de contexto minimizados. Ora, para atrair e fixar jovens no interior do país é essencial garantir-lhes apoio na emancipação, designadamente nos primeiros anos de trabalho, conferindo-lhes o benefício de um regime fiscal mais favorável, que facilite a concretização dos seus projetos pessoais e familiares.

3. Atualização dos valores do abono de família atribuído pelo Estado aos pais com crianças até 6 anos de idade.

Apesar de esta medida não se destinar apenas aos territórios de baixa densidade, é nestas áreas que terá maior efeito e utilidade. Atualmente, as famílias até ao 4º escalão de rendimentos auferem da Segurança Social um abono de família cujo valor não chega para cobrir as despesas em fraldas, no que respeita aos primeiros anos de idade da criança.

Se queremos incentivar o crescimento da natalidade e inverter a atual pirâmide demográfica, que representa um sério problema para o país, designadamente respeitante à sustentabilidade da Segurança Social, temos a obrigação de reforçar os incentivos aos casais e aos indivíduos singulares – monoparentalidade - para que não se coíbam de realizar o sonho de ter um ou mais filhos e contribuírem na conceção das futuras gerações.